



**PARECERES DE RECURSOS PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 005/2025
PREFEITURA MUNICIPAL DE DEMERVAL LOBÃO - PI**

LÍNGUA PORTUGUESA

QUESTÃO 06

PARECER: INDEFERIDO

A questão define *stricto sensu*: retirar só o prefixo ou só o sufixo não pode gerar palavra corrente no português atual. Sob esse critério:

- avermelhar não atende ao *stricto sensu*, porque “vermelhar” existe como verbo em dicionários atuais; logo, ao retirar o prefixo a-, ainda há vocábulo corrente. Portanto, C falha por, ao menos, um item.
- anoitecer é tradicionalmente classificado como parassintético (a- + noite + -ecer) na literatura de referência, o que sustenta a presença desse tipo na alternativa A.
- entristecer também é tratado como exemplo de parassíntese em fontes normativas.

Bechara ilustra a parassíntese com exemplos como amolecer e avermelhar em sentido amplo. Contudo, a própria questão estreitou o recorte para o *stricto sensu*. Dado que “vermelhar” é vocábulo dicionarizado, avermelhar não cumpre o requisito do item, inviabilizando a alternativa C sob o critério específico adotado. Avermelhar não é parassíntese *stricto sensu*: vermelhar é verbo dicionarizado, de modo que retirar o prefixo a- não inviabiliza a palavra. Além disso, alisar não atende ao critério estrito: é analisável como derivação sufixal a partir de liso (o “a-” não funciona como prefixo indispensável) e, mesmo que se considerasse “a-” prefixal, a retirada do prefixo ainda deixaria lisar, vocábulo corrente na linguagem científica. Portanto, mantém-se a alternativa A como resposta da questão.

QUESTÃO 08

PARECER: INDEFERIDO

Após análise constatou-se que única alternativa que atende ao enunciado é a letra B. Análise técnica das alternativas

- A) “os seus prazos” mantém a ambiguidade típica de seus: pode retomar coordenação ou professores.
- B) “os prazos deles” elimina a ambiguidade. O pronome deles exige um antecedente plural masculino/misto. No enunciado, o único termo com essas características é professores. Coordenação é singular feminino; a forma correspondente seria dela, não deles. Portanto, aqui o referente é inequívoco: os prazos dos professores.
- C) Além de manter a ambiguidade de seus, “por eles” cria outro problema: sugere que “eles” (professores) seriam agentes da prorrogação, alterando o sentido.
- D) “os prazos desta” torna claro que os prazos são da coordenação, mas muda o referente em relação à leitura mais natural e esperada no contexto (prorrogação de prazos de quem recebe a informação, os professores). Não atende à finalidade de desambiguar preservando o sentido comunicativo habitual do enunciado.

A alegação de que B seguiria ambígua não procede: por concordância morfossintática, deles não pode retomar coordenação. Logo, a alternativa B cumpre exatamente o que o item exige: elimina a ambiguidade sem repetir “professores”.

CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS

QUESTÃO 17

PARECER: INDEFERIDO

A Meta 6 do PNE (Lei 13.005/2014) estabelece oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, atendendo ao menos 25% dos alunos da educação básica, com horizonte do próprio PNE (2014–2024). Não há na norma “50% de todas as matrículas” nem prazo “até 2030”. Competência do MEC e adesão/repasso: a Portaria MEC 1.495/2023 disciplina adesão voluntária, pactuação de metas entre União e entes e condiciona o fluxo financeiro à criação/declaração de matrículas e ao posterior registro no Censo Escolar; divergências com o Censo implicam devolução de recursos. Não há outorga para o MEC fixar, de forma unilateral, “percentuais intermediários anuais” nacionais; o desenho é de pactuação interfederativa. Confronto com as alternativas: A alternativa A erra ao afirmar “50% de todas as matrículas”

até 2030” e a competência unilateral do MEC para percentuais intermediários; isso não está no PNE vigente nem na Portaria. A alternativa B está alinhada ao marco normativo: adesão voluntária e repasses vinculados à comprovação de matrículas via Censo Escolar e às etapas de pactuação/declaração previstas. A alternativa A contém dois vícios objetivos (percentual/timeline e competência unilateral), inexistindo dupla correção que justificasse anulação.

PSICÓLOGO

QUESTÃO 17

PARECER: INDEFERIDO

A questão não exige que a “comparabilidade já esteja assegurada no instante da escolha”, e sim que a estratégia adotada seja compatível com políticas públicas, justiça e comparabilidade. Entre as opções dadas, a única que conjuga base normativa ampla e plano explícito de garantia de equidade antes do uso em larga escala é a letra B: escolher o Teste C, que tem normas nacionais e evidências sólidas de validade/estrutura, condicionando a implementação massiva à auditoria de invariância e ao estudo de DIF. Essa é precisamente a conduta preconizada pelos Standards 2014, que tratam validade como processo contínuo e impõem investigação e correção de vieses/DIF para assegurar justiça antes de decisões de alto impacto. Análise das alternativas:

a) Inválida: carece de normas locais e é baseada em adultos de 2005; não atende adequação ao público-alvo. Os Standards e as diretrizes internacionais são claros quanto à necessidade de evidências para o uso pretendido.

c) Insuficiente: relativiza a invariância entre gêneros como “secundária”, o que contraria a ênfase em justiça e comparabilidade entre grupos.

d) Exageradamente conservadora: recomenda descartar todos os instrumentos mesmo quando há uma opção com ampla base normativa e plano explícito de análise de equidade antes da escala. As normas profissionais (CFP 09/2018; Standards 2014; ITC) admitem planejamento de coleta adicional de evidências (piloto, auditorias de invariância/DIF) como parte do ciclo de validação, desde que a decisão em larga escala fique condicionada aos resultados. Isso é exatamente o que a alternativa B prescreve.

A Resolução CFP 09/2018 exige adequação do instrumento ao propósito e ao público, bem como o manejo responsável de riscos e vieses. Não proíbe a seleção condicionada de um teste com evidências fortes, desde que a implementação massiva dependa de estudos de fairness previamente executados e documentados. Os Standards 2014 reforçam que fairness e comparabilidade pedem análise de invariância/DIF e, quando necessário, ajustes (revisão de itens, ponderações, normas por subgrupo, ou decisão de não uso), o que torna a estratégia da letra B tecnicamente defensável no setor público.

Mantém-se a alternativa B como gabarito, por ser a única que alinha base normativa ampla e um plano explícito de garantia de comparabilidade e justiça antes da aplicação em larga escala, em conformidade com as diretrizes profissionais e psicométricas vigentes.

Fonte: Damásio, B. F. (2013). Contribuições da Análise Fatorial Confirmatória Multigrupo na avaliação de invariância de instrumentos psicométricos. *Psico-USF*, 18(2), 211–220.

QUESTÃO 18

PARECER: DEFERIDO (TROCAR PARA LETRA B)

Após análise constatou-se que a alternativa que atende ao enunciado é a letra B. O falso-negativo é mais custoso; elevar o corte para 17 (D) reduz sensibilidade e aumenta falsos-negativos, contrariando a diretriz da gestão. Com $EPM \approx 2$, é prudente adotar zona de incerteza; B incorpora banda 12–16 para revisão clínica e reduz erro de classificação próximo ao corte. A alternativa B torna o corte um pouco mais liberal (14 → encaminhamento >16 e revisão na faixa), elevando sensibilidade e protegendo casos limítrofes, o que é mais justo. A alternativa B prevê reestimativa local de VPP/VPN por unidade (dependem da prevalência), enquanto a alternativa D assume que esses valores “pouco se alteram” com ajustes finos, o que não procede.

QUESTÃO 20

PARECER: INDEFERIDO

O enunciado da questão solicita a interpretação dos resultados do gráfico à luz dos fundamentos da psicoterapia breve, não um protocolo decisório automático de encaminhamento. A alternativa C cumpre esse objetivo ao interpretar A e C: reconhece que o padrão do Grupo A é compatível com foco delimitado e, quanto ao Grupo C, orienta reavaliação do foco e manejo ativo de resistências antes de concluir pela inadequação do modelo. Em modelos breves focais, a oscilação com melhora inicial seguida de piora é descrita como mobilização de conflito e/ou reativação defensiva esperada no trabalho focal; a resposta técnica imediata é checar foco, contrato e alianças, manejar resistências e só então decidir extensão ou encaminhamento. Tratar todo o Grupo C como “não candidato” e determinar “encaminhamento imediato” (alternativa D) é categórico e generalizante, desconsidera heterogeneidade intra-grupo, possíveis artefatos de medida e o fato de o dado apresentado ser média grupal sem intervalos/RCI. A alternativa D restringe-se ao Grupo C, não interpreta o conjunto dos padrões, e adota uma diretriz absoluta que a literatura não endossa como primeiro passo em avaliações institucionais baseadas em resultados de curto prazo. Mantém-se a alternativa C como correta. Ela traduz com maior fidelidade a leitura técnica do padrão do Grupo C dentro do enquadre da psicoterapia breve, preservando a lógica de reavaliação focal e manejo de resistências antes de uma decisão de inadequação do modelo.

QUESTÃO 23

08) Analise as proposições a seguir sobre a psicoterapia de grupo, à luz dos referenciais contemporâneos (Yalom, 2006; Kaës, 2011):

- I. O silêncio de alguns membros deve ser entendido de forma contextual, podendo representar resistência, elaboração interna ou função coesiva no grupo.
- II. A heterogeneidade dos participantes é um recurso terapêutico, pois favorece a percepção de universalidade e amplia oportunidades de aprendizagem interpessoal.
- III. A exigência institucional de relatórios individuais sobre cada membro pode gerar tensões éticas, já que coloca em risco a confiança grupal, ainda que seja possível negociar formatos de devolutiva coletiva.
- IV. A coesão grupal se estabelece de forma automática à medida que o grupo se reúne, sendo relativamente independente da condução do coordenador ou das condições institucionais.

Está **CORRETO** o que se afirma em:

- a) I, II e III apenas.
- b) III e IV apenas.
- c) I e III apenas.
- d) I, II e IV apenas.

PARECER: INDEFERIDO

Após análise constatou-se que são verdadeiras: I, II e III. Falsa: IV. Mantém-se o gabarito a alternativa a).

Análise item a item

I correta. O silêncio é polissêmico e contextual: pode expressar resistência, elaboração interna e, em certos momentos, cumprir função coesiva. É a leitura de Yalom e compatível com a perspectiva de contrato e alianças grupais em Kaës.

II correta. Heterogeneidade moderada funciona como recurso terapêutico por ampliar aprendizagem interpessoal e percepção de universalidade, desde que manejada em favor da coesão.

III correta. A exigência institucional de relatórios individuais tensiona, de fato, a ética de confidencialidade e o contrato grupal; contudo, é tecnicamente possível negociar devolutivas coletivas ou agregadas, sem identificação dos conteúdos pessoais, preservando o enquadre e a confiança. A proposição não defende “substituir” relatórios clínicos por exposição de material confidencial; ela indica a possibilidade de formatos éticos de devolutiva institucional, o que está alinhado ao manejo descrito por Yalom e ao trabalho de enquadre em Kaës.

IV incorreta. O enunciado afirma que a coesão “se estabelece de forma automática” e “relativamente independente” da condução e das condições institucionais. A literatura não sustenta essa automaticidade: coesão depende fortemente do enquadre, da seleção/contrato, das intervenções do coordenador e do contexto institucional.



O candidato reescreve o item como “gradualmente”, mas a palavra no item é “automaticamente”, o que o torna falso.

Referências:

Yalom, I. D. Teoria e prática da psicoterapia de grupo. Artmed, 2006.

Kaës, R. O grupo e o sujeito do grupo. Casa do Psicólogo, 2011.

PROFESSOR POLIVALÊNCIA

QUESTÃO 29

PARECER: INDEFERIDO

A redação da afirmativa II é assertiva e unívoca: “A perspectiva CTS considera que ensinar Ciências pode dar ênfase à história das descobertas e às biografias de cientistas, como se essa cronologia fosse suficiente...”. Ao empregar “considera que” e “como se fosse suficiente”, o enunciado atribui à CTS a ideia de que tal ênfase seria adequada/suficiente, e não uma crítica a essa prática. A literatura de CTS (Aikenhead, Santos & Mortimer, entre outros) justamente problematiza currículos centrados em cronologias e biografias como insuficientes para tratar controvérsias, impactos e dimensões socioculturais. Logo, a II é falsa por conteúdo, não ambígua por forma. As afirmativas I e III estão alinhadas ao enfoque CTS; a IV incorre em reducionismo técnico-experimental. A alternativa correta permanece a letra B - I e III.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

QUESTÃO 21

PARECER: DEFERIDO (ANULAR)

As afirmativas corretas são apenas I e II. Não há alternativa que contemple exclusivamente esse conjunto. Afirmativas I e II estão alinhadas às concepções crítico-superadora e crítico-emancipatória, com currículo como disputa social, mediação dialógica e ensino sistemático ressignificado. Afirmativa III incorre em inversão: a perspectiva de aptidão física relacionada à saúde é quem costuma ser criticada por minimizar a dimensão cultural, e não o contrário. Portanto, fica anulada a questão por inexistência de alternativa correta.